



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela
 História; v. 2)

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-915-8
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise.
 II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiosincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista	
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak	
Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Data de aceite: 05/12/2019

Danne Vieira Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Teófilo Otoni - MG

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns apontamentos sobre os condicionantes históricos e filosóficos que formataram a ideologia burguesa no discurso econômico, para isso, com base na literatura marxiana e marxista consideramos como marco inicial o século XVI como período de transição que culminou na atual sociedade. Para isso, ao abalar as estruturas feudais, a burguesia imprimiu uma nova visão de mundo distinta da visão anterior ao imprimir um novo entendimento de indivíduo e sua relação com a natureza. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o discurso econômico foi um importante aliado burguês no processo de luta na constituição de sua hegemonia ao buscar respostas científicas para as transformações sociais. Contudo, tão logo que foi constituída a sua hegemonia, abandona o discurso progressista de sua fase ascendente e substitui por formas mistificadoras e apoloéticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia, Transição ao

capitalismo; Discurso Econômico; Economia Política. Crítica da Economia Política.

HISTORICAL-PHILOSOPHICAL NOTES ON THE ORIGINS AND IDEOLOGICAL DECAY IN THE ECONOMIC SCIENCES

ABSTRACT: This paper presents some indicators about the historical and philosophical constraints that shape a bourgeois ideology in the economic discourse, based on Marxian and Marxist literature as an initial milestone or in the 16th century as a transition period that culminated in the present society. To this end, by shaking like feudal structures, a bourgeoisie imprinted a new worldview distinct from the previous one and imprinted a new understanding of the individual and his relation to nature. In this sense, the pressure parties on economic discourse were an important ally in the process of constituent struggle of their hegemony in seeking scientific answers to social transformations. However, as soon as what was created in its hegemony, abortion or the progressive discourse of its ascending phase replaces the mystifying and apologetic forms.

KEYWORDS: Ideology, Transition to capitalism; Economic speech; Political economy. Critique of Political Economy.

INTRODUÇÃO

Elencar os condicionantes históricos e filosóficos que transformaram a mentalidade do indivíduo às formas ideológicas do capitalismo, por vezes, pode ser um processo longo e árduo pelo fato de cair no discurso ideológico dominante.

Dessa forma, acreditamos que esse caminho de transformações foi tortuoso, pelo fato de que a ideologia dominante de cada época ser conservador e reacionário à ideias contrárias a sua visão de mundo.

Concordamos com Rubin (2014) quando diz que as ideias econômicas não nascem no vácuo, elas são irmãs-siamesas das conturbações políticas, dos conflitos de classes, nestas circunstâncias nos é claro que aqueles que refletiram sobre a dinâmica econômica agiram ora como escudeiros da classe dominante, fornecendo armamento ideológico para defesa de interesses ou de grupos particulares ou indicando novas formas de se pensar nos problemas sob a perspectiva da classe que conduzirá o processo revolucionário para outra sociedade. E é justamente por essa razão que Rubin (op. cit.) vai afirmar que o discurso econômico é uma das mais importantes e influentes formas de propagação ideológica, uma vez que as preocupações e propostas assumidas na retórica dessa ciência estão umbilicalmente ligadas à luta de classes¹.

Apoiados metodologicamente na tradição marxista, consideramos que é impossível não desassociar os condicionantes históricos das condições históricas que modificaram a mentalidade do ser humano que erigiu as bases da atual sociedade².

Marx (2017), ao mencionar das formas antediluvianas do capital, e também em Rubin (2014), Heller (1982), Dobb (1983) partimos do entendimento de que as condições que culminaram na sociedade burguesa foram gestadas desde a segunda metade do século XVI. Nestes termos, situaremos no Renascentismo³ como o berço de tais condições que movimentou a mentalidade do indivíduo medieval, uma vez que a partir daí que retomava-se os princípios que “esfumaban los espectros de la Edad Media” (ENGELS, 1961, p. 03)

Dessa maneira, nos fica compreensível que a ascensão burguesa se deu mediante processo revolucionário que soterrou as bases ideológicas do feudalismo e tão logo que se estabeleceu sua hegemonia deu-se a conversão para classe conservadora e por vezes, reacionária. Assim, em nosso entendimento, o discurso econômico acompanhou a conversão burguesa⁴.

1 Marx e Engels (1986) já deixaram claro que a história de toda sociedade é a história da luta de classes.

2 Em diversas passagens Marx (2013; 1982) e Marx e Engels (2007) deixam claro que é o ideal é o material transposto e traduzido na cabeça do homem, uma vez que “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias, necessárias e independentes de sua vontade [...]” (MARX, 1982, p. 25),

3 Diz Marx (1982, p. 03) da “antecipação da sociedade que se preparava desde o século XVI, e no período XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade”, nesse sentido, entendemos ser o renascentismo como o manifesto que engendrou uma série de condições favoráveis que rumaram ao capitalismo.

4 A exemplo disso podemos situar as formulações sobre a Teoria do Valor-Trabalho: em sua fase ascendente, desde as primeiras elaborações fisiocratas que consideravam o trabalho como fon-

Por essa razão, pretendemos apontar alguns elementos que consideramos basilares na formação da ascensão ideológica burguesa e na mudança da mentalidade do indivíduo que substituiu a ideologia do feudalismo pela do capitalismo, com isso, almejamos contribuir no debate do caráter transitório do capitalismo, sendo que da mesma forma que a burguesia assumiu a vanguarda no processo que erigiu as bases do capitalismo, os trabalhadores conduzirão a transição para a sociedade em que ela será a classe hegemônica e apontará para a extinção da luta de classes.

QUESTIONAMENTOS SOBRE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE INDIVÍDUO

O Renascimento constituiu a primeira onda do processo de transição feudal para o capitalismo, fato que se sustenta pelo motivo de que esse movimento ser o marco inicial das condições que sacudiram as bases ideológicas do *Anciën Regime*.

Ainda sobre a Renascença, diz Engels:

Era la más grandiosa transformación progresiva que la humanidad había vivido hasta entonces, una época que requería titanes y supo engendrarlos; titanes, por su vigor mental, sus pasiones y su carácter, por la universalidad de sus intereses y conocimientos y por su erudición. Los hombres que fundaron la moderna dominación de la burguesía eran todos menos gentes burguesamente limitadas. Lejos de ello, en todos dejó su huella más o menos marcada el carácter aventurero de la época en que les tocó vivir.” (ENGELS, 1961 p. 04).

Dessa maneira, para além do Renascentismo, Revolução Copernicana⁵ e a Reforma Protestante⁶, também influenciaram de sobremaneira no processo de transição que aos poucos questionava a visão de mundo teocentrista, rompendo gradativamente

te da riqueza até as concepções de Smith (1988) e Ricardo (1988), entendemos que foi uma “arma” contra a nobreza feudal que municiou os burgueses em sua fase ascendente. Tão logo que assumiram a hegemonia classista, os postulados da Teoria Valor-Trabalho foram definitivamente abandonados e substituídas pela Teoria do Valor-Subjetiva elaborada pelos utilitaristas.

5 De acordo com Reali e Antisseri (2004) que a revolução científica iniciou em 1543 com a publicação de *De Revolutionibus Orbitum Coelestium* de Nicolau Copérnico e se estendeu até 1687 na ocasião da publicação de *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* por Isaac Newton. Essa revolução foi um marco no pensamento científico por romper com os princípios fundados em vase na filosofia grega antiga, especialmente a aristotélica, que serviu de bastião da ideologia cristã. Nesse sentido, a teoria copernicana mudou a forma de pensar do mundo e do próprio homem: a ideia teocêntrica foi aos poucos substituída pelo antropocentrismo pela afirmação de que o sol era o centro do sistema solar e não o planeta Terra, como era milenarmente acreditado. Da Revolução científica copernicana, continuam Reale e Antisseri (op. cit.) serviu de base para o empirismo inglês, que, como veremos, postulava que todo conhecimento, inclusive os da natureza eram passíveis de comprovações. Essa revolução promoveu uma reviravolta teórico e social no pensamento filosófico, o mundo como era conhecido estava gradualmente cedendo espaço à novas interpretações e visões de mundo.

6 A Reforma Protestante foi um conjunto de proposições contrárias aos dogmas católicos encaçados por Martinho Lutero no primeiro quartil do século XVI. Do ponto de vista histórico, dizem Reale e Antisseri (2005, p. 71) com a reforma religiosa proposto por Lutero elementos sociais e políticos se entrelaçaram e mudaram a fisionomia da Europa, portanto, a ruptura não se deu apenas com a tradição religiosa, mas também cultural que constituía na centralidade daquela época, ao propor a tradução da *Bíblia* para o alemão e abolir o latim das celebrações católicas, foi de suma importância no desenvolvimento linguístico das chamadas línguas nacionais, que por sua vez, funcionou como elemento diferenciador nas comunidades nacionais que se transformariam nos Estados modernos, destaca Coggiola (2015).

aos poucos os laços que sustentavam a alienação medieval⁷, arvorando uma nova visão de mundo do qual se empenhou em potencializar a observação da natureza e direcionar a novas descobertas científicas. Nesse processo, uma ética de fins é paulatinamente substituída por uma ética de valores como defende Bianchi (1988).

Ainda assim, por mais que o Renascimento tenha imprimido uma nova interpretação antropológica, que em muitas das vezes contradizia os dogmas ideológicos medievais, não implicou em uma ruptura drástica com a filosofia católica. Heller (1982) diz que o declínio de uma tradição ideológica com muitos anos de existência é um processo extremamente demorado, e durante a Renascença, o interesse prático do mundo, não entrava em conflito direto com a sobrevivência das ideias religiosas⁸. A isso se deve pelo fato da resignificação da Igreja Católica que orientou seus postulados pelo pragmatismo da interpretação dual: enquanto a ciência avançava, a interpretação e concepção de mundo ficariam por conta da Igreja (CHASIN, 1988). A igreja católica acompanha as mudanças e persiste até os dias atuais reconfigurada em comparação com sua fase medievla.

É fato incontestável que outras vozes se somaram provocando uma nova maneira de se perceber e sentir o mundo, o movimento humanista⁹ abrangeu o campo da estética e da filosofia literária, ora recorrendo à filosofia clássica greco-romana distinta das interpretações escolástica. Mostram Reale e Antisseri (2014) que o humanismo, promoveu um novo sentido do homem e de seus problemas que culmina nas celebrações teóricas da dignidade do homem e como ela deveria sublevar a sua condição com relação ao cosmo.

Concomitantemente, as bases produtivas da economia feudal já apresentavam sinais de gradativo esfacelamento já em fins do século XVI. A expansão marítima e

7 Na tradição marxista a alienação é um fenômeno que deve ser entendido considerando “a atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa.” (KONDER, 2009, p.40), portanto, a alienação é um processo não exclusivamente capitalista e sim das sociedades em que reinam as condições de propriedade privada, divisão social do trabalho e luta de classes. Nesse sentido, a alienação não é uma exclusividade do modo de produção capitalista.

8 Cabe aqui destacar um personagem que ilustra bem esse momento específico na pessoa do Cardeal Belarmino e sua proeminência no movimento contra-reformista em resposta a Reforma Protestante. Foi através de seu instrumentalismo que postulava, em linhas gerais, com base em Reale e Antisseri (2004), que a ciência poderia existir desde que não abalasse os fundamentos cristãos emanados pela igreja católica. Lukács (2012, p. 38) ilustra melhor o instrumentalismo do cardeal Belarmino ao citá-lo: “Vamos nos adequar aos tempos [...]. Quando novas cartas astronômicas, baseadas em novas hipóteses, facilitarem a navegação de nossos marinheiros, eles devem usá-las. A nós desagradam apenas as teorias que falsificam a Escritura.”

9 O humanismo representou um movimento intelectual no renascentismo que Reale e Antisseri (2004) dizem que representou a “metade” do fenômeno renascentista por integrar a esfera literária, embora não fosse exclusivamente filosófica, essa vertente possuía bases lastreadas no aristotelismo e na filosofia greco-romana. Ainda para os autores, os humanistas estavam preocupados com “a especulação não sistemática, problemática e pragmática” formalizando um novo modelo estético onde o saber crítico propunha maior conhecimento capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana. Deste momento pode-se destacar as obras do lusitano Gil Vicente, cuja obra *A Farsa de Inês Pereira* relatou comportamentos que eram considerados amorais e degradantes para a época, do catalão Miguel de Cervantes e seu *Dom Quixote de La Mancha* que travara intensas batalhas do cavaleiro errante com os moinhos de vento e também do italiano Dante Alighieri cuja *Divina Comédia* fez o homem transpor os portões do inferno em busca de autoconhecimento.

as novas rotas terrestres abriram possibilidades de escoar uma produção que aos poucos era destinada unicamente ao comércio no qual definitivamente refletia na vida cotidiana dos indivíduos. Dessa forma, o discurso científico buscava responder tais manifestações amparada no racionalismo, Dessa maneira, vão surgindo novas formas de ser interpretar a realidade que estava em franco processo de transformação¹⁰.

AS LUZES E OS RASGOS COM A IDEOLOGIA FEUDAL

Desde as primeiras inquietações Renascentistas fomentaram toda uma efervescência científica e cultural que culminou no movimento Iluminista que por sua vez, mantém o sentido de transformação e revolução social. Assim, o achado do continente americano, a circunavegação, a filosofia, a estética, o avanço científico na química, física, biologia e matemática, impactaram de sobremaneira a forma de pensar do indivíduo. No último quartil do século XVIII, burguesia inglesa já havia realizado sua revolução e dava largos passos na construção da sociedade capitalista naquele país.

Portanto, em nosso entendimento do pensamento Renascentista para o Iluminismo deu-se um salto epistemológico que representou um avanço no deslocamento das crenças da ideologia medieval às leis particulares e individuais¹¹, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando afirma que houve um predomínio da razão como fator do próprio progresso humano.

É fato inquestionável que o Iluminismo, portanto, foi um dos acontecimentos históricos decisivos para o estabelecimento da modernidade¹², nesse sentido, Paulani (2005, p. 25), diz que foi a partir daí que o mundo divino transformou-se em “algo postulado por nós”, o livre-arbítrio funde-se com os interesses do Estado moderno em detrimento do direito histórico ou de nascença como postulado na Idade Média. A questão ética, portanto, é fundada na vontade do indivíduo e não mais como uma

10 Marx (2013) quando remonta a *Assim Chamada Acumulação Primitiva*, mostra que na Inglaterra já na segunda metade do século XVI a exploração do trabalho servil já não era predominante neste país, a maior parte da população consistia, portanto, em camponeses livres e economicamente autônomos. “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVII. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]” (Ibid, p. 789). Notadamente Marx (Op. cit.) refere-se à política de cercamentos inglesa no qual expropriou o camponês do campo transformando as terras de lavoura em pastagens de ovelhas para saciar a gana da velha nobreza feudal devido a alta do preço da lã pelo florescimento da manufatura inglesa.

11 Os Renascentistas com relação aos Iluministas enfrentaram obstáculos diferentes na divulgação de suas teses, a primeira, no qual consideramos a mais árdua, se deu no âmbito ideológico imposto pela igreja católica e das dificuldades de se romper com esse pensamento difundido pelo clero e da repressão aos que questionassem tal ideologia. Enquanto os Iluministas, pelo tempo histórico, encontraram palco favorável para exposição de suas ideias. No entanto, nota-se traços que são comuns aos dois movimentos: “1) a confiança na utilidade da razão para transformar o mundo; 2) a crença otimista no progresso da humanidade; 3) o desenvolvimento das ciências; 4) a mudança de atitude em relação à religião e seus dogmas; 5) a valorização da natureza, de leis e direitos naturais; 6) o individualismo, assente numa concepção antropocêntrica do universo, bem como na admissão da possibilidade de conciliar interesses pessoais com o interesse coletivo.” (BIANCHI, 1988, p. 75, grifos nossos).

12 Os outros acontecimentos que se somaram ao Iluminismo citados por Paulani (2005) foram, notadamente a Reforma Protestante e a Revolução Francesa.

predestinação divina, “os conceitos morais adaptam-se ao reconhecimento da liberdade subjetiva do homem, a Natureza perde sua magia por que a ciência objetivamente liberta o sujeito cognoscente.” (*Id. Ibidem.* p, 26).

A exemplo disso, a materialização do homem com a própria natureza, explícita na filosofia de Francis Bacon como apontam Vaisman (1989) e Coggiola (2015), refletiu decisivamente na filosofia cartesiana, nos enciclopedistas franceses do século XVII e na própria Revolução Francesa, ao derrotar a tradição filosófica da especulação escolástica através de um método de análise fundada na busca de elementos “ateóricos” e perturbadores do pensamento cognoscitivo daquela época.

Bacon pode testemunhar o desenvolvimento da manufatura e das novas propostas científicas que contribuíram no alvorecer industrial na Inglaterra de um ponto de vista privilegiado¹³ e sob o ponto de vista da corte e da aristocracia, por ter defendido abertamente a usura, no qual vaticinava os juros como uma “concessão à dureza do coração humano” (BIANCHI, 1988, p. 55), Bacon foi elo vital no processo de evolução das condições propícias para o surgimento da Economia Política Clássica. Reale e Antisseri (2004, p. 264) vão além e o consideram como “filósofo da era industrial”¹⁴.

Mesmo sem romper definitivamente com os dogmas eclesiásticos, Descartes (1996) por sua vez sustentou que a fé e a razão provêm de Deus, portanto, não poderiam se contrapor mutuamente, para ele, a razão humana não pode assumir a pretensão de razão absoluta, devendo aceitar o controle e os desígnios da fé. Por ser herdeiro direto do resgate da filosofia clássica Renascentista, no qual concebeu ao homem o direito de pensamento autônomo, Descartes (1996) desenvolve a partir da crítica aristotélica e Escolástica a noção de método e de universo infinito do qual contribuiu na formação do ao expressar o estímulo ao raciocínio analítico e dedutivo construído a partir de rigorosa lógica formal: o seu método localiza-se a incessante decomposição analítica do processo no qual a mente humana procura conhecer a verdade, como demonstra Bianchi (1988).

Assim, porque os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. E porque há

13 Bianchi (1988) destaca a proximidade de Bacon com a Monarquia Tudor na Inglaterra.

14 Acreditamos que é incomensurável a contribuição de Francis Bacon no discurso filosófico moderno que erigiu as bases da sociedade capitalista, no entanto, foge as pretensões desse trabalho aprofundar nos detalhes dessa contribuição, contudo, a nosso juízo é importante destacar que para ele, o fundamento da ciência humano consiste na descoberta da forma de uma natureza dada. Posto isso, ele sistematiza a teoria dos “*Idola*”, ou teoria dos ídolos, cuja primeira função é a de “tornar os homens conscientes das falsas noções que obscurecem sua mente e barram o caminho para a verdade” (REALE; ANTISSERI, 2004, p. 269). Essa formulação foi basilar na construção do arcabouço teórico da modernidade. Para essa teoria, os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano não apenas sitiam a mente dos indivíduos dificultando o conhecimento objetivo da verdade, mas também continuam a interferir durante o processo de construção e elaboração científica. Explica ainda Vaisman (1989) que Bacon objetivou na doutrina das *idola* uma maneira de se obter análise sistemática e universalmente válida dos fatores que estorvam o pensar, uma vez que seu objetivo principal era esclarecer quais os fatores que perturbam o acesso fiel à reprodução conceitual do mundo empírico. Completa ainda Bianchi (1988) que o empirismo baconiano exerce domínio metodológico até os dias atuais em vários ramos científicos, inclusive nas ciências humanas e sociais.

homens que se enganam ao raciocinar, mesmo sobre os mais simples temas de geometria, e neles cometem paralogismos, julgando que eu era tão sujeito ao erro quanto qualquer outro, rejeitei como falsas todas as razões que antes tomara como demonstrações. E, finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordado também nos podem ocorrer quando dormimos, resolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava. (DESCARTES, 1996, p. 37-38, itálicos originais).

Entendemos que o reconhecimento da liberdade subjetiva do homem com relação à natureza foi basilar na construção do individualismo regido pela burguesia em sua fase progressista, ou seja, a capacidade humana de atingir o progresso mediante a livre concorrência entre os indivíduos e não da conduta determinista teológica. A individualização da sociedade, diz Coggiola (2015) serviu de base ao pensamento econômico liberal que desenvolveria no século XVIII¹⁵.

Nessa mesma perspectiva, Coutinho (1993) destaca que foi no Iluminismo que a filosofia política conciliou a abdicação ao estado de natureza com a liberdade, ou seja, a legitimidade individual no interior da sociedade política pactuada pelos homens. Nesse sentido, o debate Iluminista da formação da sociedade política reclama gradativamente a separação do Estado da igreja católica, que em nosso entendimento, separaria o Estado que no Iluminismo essencialmente burguês do organismo que foi o mais importante instrumento de disseminação ideológica feudal.

As ideias Iluministas consoante com a colonização e exploração do continente americano e expansão industrial, elevou ainda mais o debate na concepção da modernidade e do próprio papel do homem no mundo cujo ideal estava representado no homem europeu civilizado em contraposição ao autóctone considerado desprovido de cultura e, portanto, passível de escravidão¹⁶.

Se compararmos com o homem renascentista, as mudanças na mentalidade do

15 “A atomização (individualização) da sociedade era a base do pensamento liberal. O liberalismo político fundamentou-se na necessidade de equilibrar os sentimentos humanos guiados pela irracionalidade: superação do feudalismo e do jusnaturalismo auxiliou as primeiras declarações de direitos individuais; a “paixão liberal” se concentrou na formulação dos direitos fundamentais do indivíduo, isoladamente considerado. O surgimento de uma burguesia capitalista acompanhou a gênese dos “direitos individuais” (COGGIOLA, 2015, p. 53, destaque original).

16 Embora os Iluministas procurassem trazer luz ante as trevas da Idade Média, quando era benéfico à acumulação de capitais, o discurso racionalista era completamente despojado de todo sentido humanista e se agarravam à dogmas católicos para justificar os interesses da acumulação. Montesquieu, um expoente do movimento Iluminista escreveu em 1748: “Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro [...] É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os consideramos homens, começaríamos a acreditar que não somos cristãos” (MONTESQUIEU, *apud* COGGIOLA, 2015, p. 229).

indivíduo, foram notórias, argumenta Bianchi (1988) que a ampla disseminação das descobertas científicas também foram fundamentais para que a própria natureza fosse percebida como uma força eminentemente passível de mensuração e controle e não atribuído à providência cujos desígnios são imponderáveis. Destarte, o paradigma da física newtoniana, no qual se aliou ao empirismo inglês se expandiu para outros campos da ciência gestando no indivíduo novas formas de se conceber o mundo.

A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans*. No devido tempo se tornaram os *slogans* da Revolução francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter consequências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam ser esperados [...] de um exercício irrestrito do talento individual em um mundo de razão. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias. (HOBSBAWM, 2016, p. 48).

Portanto, entendemos que as ideias iluministas possibilitaram a ascensão de uma ideologia que construiu uma nova concepção de homem e de seu papel no universo, ao apontar para uma sociedade progressista. É nesse momento específico, no marco do empirismo inglês e a influência do iluminismo francês – no qual firmaram a sociologia moderna – como inflexões iniciais do discurso que regimentaram a ideologia progressista burguesa, no qual, em largos passos, sepultou o *Anciën Regime* e definiu a sociedade moderna. Nestes termos, foi nesse mesmo momento em que consideramos a confirmação da fase progressista ideológica dessa classe, uma vez que, de acordo com Lukács (2010), a filosofia burguesa clássica desenvolveu uma ideologia universal e potente sintetizada sob o signo do progresso.

Outrossim, partimos do entendimento de que partir da ideia do progresso racional, da efervescência mundial originado do desenvolvimento da técnica naval e ferroviário que encurtou ainda mais as distâncias europeias com o restante do planeta impulsionando ainda mais o comércio e a indústria naquele continente, forneceram pano de fundo ideal na convicção do progresso do conhecimento humano, das ciências, do controle da natureza em benefício da classe burguesa cuja dominância política e econômica era predominante. Mostra ainda Hobsbawm (2016) que as ciências dedicavam-se fundamentalmente a soluções de problemas produtivos, os avanços tecnológicos mais significativos foram em benefício da Revolução Industrial¹⁷ que no século XIX já não era mais uma exclusividade inglesa¹⁸, evidentemente, tais forças por

17 Diz ainda Hobsbawm (2016, p. 47 - *passim*) que um dos mais surpreendentes avanços da década de 1780 foi na química, “que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria”. Mas no século XVIII a convicção iluminista do progresso científico e tecnológico foi a força motriz que impulsionou o espírito científico.

18 Muito embora Hobsbawm (1969) deixe claro que a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico e sim uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social. É notadamente reconhecido o pioneirismo da industrialização na ilha britânica, “precedida por, pelo menos, 200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, que lançou seus alicerces [...]” (Ibid., p. 34). Também é reconhecido a proeminência da revolução burguesa

mais que defendessem o progresso social e humanístico, estavam a serviço de uma classe que estava na vanguarda desse processo.

É inegável desconsiderarmos o caráter humanístico e emancipatório do iluminismo em comparação com as forças produtivas e as ideológicas do *Anciën Regime*, a credulidade ilustrada de em sua capacidade de transformar o mundo, do qual, a nosso juízo, representou o ápice do movimento iniciado no Renascimento dois séculos antes. Por essa razão, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando salienta que a particularidade ilustrada, está no fato que fez da mente humana palco privilegiado de atuação sobre os condicionantes históricos.

Outrossim, Lukács (2010; 1959) e Netto (1978) demonstram a filosofia burguesa em sua fase revolucionária foi embasada em elevado nível de concepção de mundo, fermentaram as ciências norteadas pela razão.

Neste período, com a burguesia encarnando os ideais de progresso e toda sociedade, os seus pensadores sustentam a plena cognoscibilidade do mundo e mantêm uma grande independência face às exigências ideológicas da sua própria classe social, na medida em que o seu exercício intelectual se funda na admissão da imensa tarefa histórica a ser cumprida pela burguesia; isto possibilita-lhes a crítica, de dentro, das características mais deletérias do mundo burguês, e, além disso, faz com que os seus equívocos teóricos decorram da própria necessidade das ilusões heroicas despertadas com a preparação da Revolução Francesa. (NETTO, 1978, p. 17).

Paralelamente em que a burguesia progressista se debruçava sobre a realidade de sua época, explica Coggiola (2015, p. 38) que as revoluções econômica e social exigiam escopo teórico que fosse capaz de explicar à luz dos novíssimos tempos, a suas leis e sua dinâmica que rompessem com a mera especulação factual.

A sociedade erigida pela burguesia, cuja produção crescia assustadoramente em níveis elevadíssimos, foi imperioso a necessidade de compreensão e sistematização dessa dinâmica. Dessa maneira, a Economia Política, surge como a ciência que explicaria “a anatomia da sociedade burguesa” (MARX, 1982, p. 25).

Disto trata a nascente disciplina da Economia Política: das relações entre os homens, na reprodução da vida material. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do comércio, da agricultura e da manufatura revolucionara as estruturas produtiva e social. Uma fração crescente da população incorporava-se ao mundo da produção mercantil. O debate político e intelectual passa a refletir cada vez mais a temática dos negócios públicos e privados, cujo círculo de influências extravasa os até então restritos circuitos financeiros e comerciais. Categorias como juros, preços, taxas de câmbio, valor – todas elas expressões da sociabilidade mercantil – impregnam a vida social corrente, definindo o estado dos negócios e a propriedade dos povos. (COUTINHO, 1993, p. 19).

Ainda de acordo com Coutinho (1993.) alvoreceu novo corpo científico e sa desse país em meados do século XVII, cujos governos instaurados estavam firmemente comprometidos com políticas que favoreciam o lucro acima dos demais objetivos, estabelecendo, portanto, condicionantes propícios à Revolução Industrial nesse país. “Já na segunda metade do século XVIII, praticamente todos os governos da Europa desejavam a Industrialização”. (Id., Op. Cit., p. 36)

metodológico que passou a nortear a análise econômica à lógica disciplinar racionalista, para ele, os assuntos econômicos adquiriram o estatuto de investigação científica na busca de identificar os mecanismos de funcionamento dessa nova sociedade: a sociedade capitalista.

Desse caldo de efervescência ideológica do período revolucionário burguês que buscava demonstrar a realidade sem “temor das contradições que pudessem ser esclarecidas” (LUKÁCS, 2010, p. 53), a Economia Política Clássica, cujas figuras centrais são Adam Smith e David Ricardo, foi uma das mais importantes e influentes formas de propagação ideológica assumindo papel de destaque na retórica assumida pela burguesia revolucionária como aponta Rubin (2014).

Assim, não seria errado dizer que a burguesia foi uma classe revolucionária que buscou não apenas a compreensão da sociedade de seu tempo, mas também a transformou, colocando-se como classe dominante.

Dessa maneira, tão logo que a burguesia assume enquanto classe dominante, a luta de classes assume o aspecto estritamente capitalista: de um lado, a burguesia que não se porta mais como classe revolucionária e sim conservadora e de outro lado, os trabalhadores enquanto classe subjugada pela hegemonia burguesa. O discurso progressista burguês é esvaziado no que Lukács (2010) elenca como decadência ideológica.

Sobre o conceito lukáciano de decadência ideológica, Netto (1978) sintetiza ao dizer que o discurso filosófico burguês assume três estágios distintos: o primeiro que encerra até 1848 do qual foram férteis e de elevados níveis de abstração da realidade do qual construiu a sociedade capitalista. O segundo momento ocorrido após a consolidação do poder político com a entrada autônoma do proletariado na cena política, do qual o discurso filosófico assume a perspectiva conservadora e abandona os valores universais e passa a expressar “seus mesquinhos interesses particulares” (*op. Cit*, p. 17) e de profunda reação contra os operários. E, portanto, o terceiro momento é o da agudização das contradições da sociedade burguesa do qual ocorre o aprofundamento do segundo momento.

No entanto, tão logo que foi instituída a sua hegemonia de classe, ocorre a decadência ideológica da burguesia, ou seja, há o abandono o sentido progressista de sua fase revolucionária e assume o caráter conservador, mistificador e reacionário no contexto da luta de classes apresentada no modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES

Como já apontado até aqui, o desenvolvimento de novas bases produtivas, surgiu a necessidade de se compreender a sua dinâmica que diretamente refletia no cotidiano da sociedade.

Com os ideólogos progressistas do período de preparação da sociedade burguesa, os pensadores se propuseram a idealizar a sociedade burguesa através

de uma conduta humana norteada pelo egoísmo e individualismo, que muito divergia da concepção de homem observador imposta pela ideologia apregoada pela Igreja. Desse novo entendimento de homem, de seu papel no mundo e da maneira de como se relacionaria com a natureza, consideramos que foi o cerne no qual direcionou a ideologia do burguês que questionou os laços estamentais da sociedade que seria abolida.

Portanto, a nosso juízo, as especulações econômicas estiveram diretamente ligadas ao discurso filosófico tanto do entendimento do homem, quanto da própria concepção deste com a natureza.

Por essa razão, por entendermos a ideologia nos termos lukácsianos¹⁹ de que ela é determinada pelas circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, por essa razão, ao considerarmos não o sentido unívoco de falsa consciência, mas também como uma elaboração ideal da realidade que norteia a práxis do ser social consciente e capaz de agir, estamos convencidos do caráter transitório do capitalismo e de que a transição para outra sociedade se dará pela práxis negadora da ideologia hegemônica.

Da mesma maneira que a burguesia municiou contra a classe hegemônica feudal ao imprimir um novo entendimento de indivíduo e de seu posicionamento com a natureza, responderam aos anseios e interesses de sua classe. Nesse sentido, entendemos que o discurso econômico esteve diretamente associado e foi um forte aliado nesse processo.

Assim como a burguesia cumpriu seu papel histórico em construir a sociedade capitalista, a nosso juízo, estamos convictos e lastreados em Lenin (1973) que somente a partir do método de análise da sociedade que parta da perspectiva dos trabalhadores, ou seja, em posse do método científico de investigação social inaugurado por Marx trabalhadores, por sua vez, assumirão seu papel histórico no direcionamento para uma outra sociedade verdadeiramente humana, onde inexista a exploração do homem pelo próprio homem.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria. **A pré-História da Economia**: De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

CHASIN, José. **A superação do Liberalismo**. Maceió, s/d., 1988. 246 p. Mimeografado.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo**: Das origens até a Primeira Guerra. São Paulo: s.n., 2015.

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

19 Cf. Lukács (2013)

ENGELS, Friedrich. **Dialéctica de la naturaleza**. La Habana: Progreso, 1961.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 37ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de Alienação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir Illich. **Obras Escogidas**. Tomo V. Edição em Castelhana. Moscú: Progreso, 1973.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e Teoria da Literatura**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes**: A Economia Vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: De Spinoza a Kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Do Humanismo a Descartes. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

RUBIN, Isaac Illich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

VAISMAN, Ester. A Ideologia e a sua determinação ontológica. São Paulo, **Revista Ensaio**. Nº. 17/18, 1989.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0